



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

Olá conselheiros e conselheiras, boa tarde! Na próxima quarta-feira dia **23/03/2022**, ocorrerá nossa reunião ordinária às **14h00**. Segue texto que embasará nossas reflexões, e para este material contamos com o relato e organização do Profº Antonio Coelho de Souza do Nascimento.
Um excelente final de semana!



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

MAUÁ, CIDADE EDUCADORA e SEU CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O que é o Conselho Municipal de Educação de Mauá

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO é um instrumento para uma Gestão Democrática.

Com ênfase no princípio democrático de gestão, e observado o disposto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi criado em 14 de novembro de 1997 o Conselho Municipal de Educação de Mauá – CME, órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, composto por representantes de diferentes segmentos: poder público com representantes do executivo e legislativo; profissionais do ensino da rede municipal, estadual e particular; entidades da sociedade civil; pais e alunos.

O papel do Conselho Municipal de Educação de Mauá

O CME-Mauá tem cumprido de maneira articulada, responsável e ativa suas funções conforme estabelece seu estatuto.

- ➔ Primeiras discussões sobre o combate à violência nas escolas e evasão escolar, o que refletiu na concretização do Projeto Escola Aberta;
- ➔ Consolidação do papel normatizador, fiscalizador, deliberativo e consultivo;
- ➔ Participação na construção, aprovação e monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME;
- ➔ Normatizações para expedição de autorização de funcionamento das Unidades Educacionais de Educação Infantil públicas e privadas, e para os estabelecimentos privados de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado;
- ➔ Pareceres sobre as matrizes curriculares para a EJA; Ensino Fundamental e Educação Infantil;
- ➔ Normas para elaboração do Regimento das Escolas Municipais;
- ➔ Diretrizes da Educação Especial;
- ➔ Diretrizes para a matrícula inicial de crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- ➔ Pareceres e Indicações sobre: compensação de ausências, classificação e reclassificação, regularização da vida escolar de alunos da Rede;



- ➔ Indicação de Lista pública de espera por vagas nas creches da Rede Municipal;
- ➔ Regularização de Projetos especiais/experimentais para a Rede Municipal;
- ➔ Estabelecimento de Diretrizes de funcionamento para a EJA, Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Assim no âmbito da Gestão Municipal temos a proposta de aprofundar o papel das Cidades Educadoras assumido pelo Município.

A Cidade Educadora

1. Breve entendimento sobre as Cidade Educadoras

a) Introdução

As ações da CIDADE EDUCADORA E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, enquanto programas, fazem parte do Setor Administrativo.

Isto é, um elemento de governança para a tomada de decisões do seus desdobramentos pontuais (projetos em seus diferentes setores).

Nesse sentido, sua dimensão é mais ampla e abrangente, pois, o planejamento e tomada de decisões orientam as diretrizes e princípios a serem observados.

Assim, a TERRITORIALIDADE (o conhecimento do território), a identidade da cidade e sua sustentabilidade é indispensável para o compromisso da cidade; em seu acompanhamento e melhoria contínua, no espaço público habitável (moradia, equipamentos e serviços municipais, setor privado e o que fizer parte do município)

O espaço-território da escola deve estabelecer continuamente o diálogo com a cidade e seu entorno.

b) Apresentação

Atualmente (início de 2020), mais de 500 cidades de 36 países em todos os continentes se reconhecem como cidades educadoras e estão organizadas pela Associação das Cidades Educadoras (AICE).

É uma associação sem fins lucrativos, estabelecida com o estrutura permanente de colaboração entre governos locais comprometidos com a Carta das Cidades Educadoras, que é o roteiro para as cidades que a compõem. Qualquer governo local que aceite este compromisso pode



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

tornar-se membro ativo da Associação, independente de seus poderes administrativos.

A “Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE)” tem sede em Barcelona, na Catalunha e, enquanto movimento teve início em 1990 no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, celebrado em Barcelona, onde um grupo de cidades representadas pelos respectivos órgãos de poder concluíram ser útil trabalhar em conjunto projectos e actividades para melhorar a qualidade de vida.

Essa preocupação já era expressa por alguns intelectuais/educadores europeus que levaram a convidar e entender-mos a participação de Paulo Freire ao ser reconhecido e escrever um capítulo (Freire, Política e Educação) que se incorporou aos princípios da Carta das Cidades Educadoras em seu I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, diferenciando do processo e metodologia as ações da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) “*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*” que é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) e com sede em Paris, França, fundada em 16 de novembro de 1945.

No Brasil, quinze cidades são associadas, entre elas, Mauá comprometida desde 2015, tendo recebido o selo internacional de Cidade Educadora em 2016.

Aqui no Brasil temos a REBRACE (Rede Brasileira de Cidades Educadoras) que conta com 21 cidades membros entre elas Mauá. A cidade coordenadora é Curitiba e a Comissão de Coordenação são as cidades de Guarulhos e Vitória.

Dessa forma, Mauá enquanto cidade educadora, está comprometida com as Diretrizes da Gestão do Governo Municipal e da Secretaria de Educação.

Entende-se, dessa maneira, que ser uma cidade educadora é uma Política Pública da Cidade.

O conceito de Cidade Educadora significa responder com alternativas para integrar as atividades sociais e culturais de forma a privilegiar a formação e o desenvolvimento dos cidadãos, especialmente dos jovens e das crianças.

Uma cidade educadora deve ser entendida como uma gestão diferenciada de cidade, em que se garante aos seus habitantes, ao longo da vida e “em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal”.

Dessa forma, Mauá, enquanto cidade educadora, está comprometida com as Diretrizes da Gestão do Governo Municipal (em todos os seus segmentos).



c) A integração intersetorial

Essa refere-se aos mecanismos que possibilitam ações de diferentes setores da política pública com objetivos comuns de melhor atendimento aos munícipes.

Uma ação importante a considerar nesse princípio é o planejamento das ações de todas as políticas e projetos conjuntos da Secretaria de Educação e outras Secretarias da Administração.

Para isso, o governo deve assegurar a oferta de políticas públicas que prevejam tanto quanto a ampliação e fortalecimento dessas políticas voltadas à cultura por meio da educação, das condições de acesso, qualidade e gestão da educação municipal trabalhando conjuntamente com as outras secretarias de governo, visando a integração, articulação das ações de maneira a dar potência às políticas.

Essa perspectiva orientará a política educacional, de nossa Secretaria, para tanto, a Educação deve ser assumida como um dever de todos, enquanto principal estratégia de desenvolvimento das pessoas.

É importante que a educação tenha diálogo com os vários conselhos e demais órgãos, visto que tratam do mesmo público, sendo eles: Conselho de Alimentação Escolar, Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho da Saúde, Conselho do Meio Ambiente, Conselho da Mulher, Conselho do Idoso, **Conselho Municipal de Educação de Mauá**, entre outros.

Além disso, a integração das políticas entre as secretarias transparece na Cidade Educadora, na Cultura de Paz, nos Jogos Abertos, na Merenda Escolar, Segurança Escolar, na Saúde na Escola, nas Políticas Afirmativas das questões de gênero, raça, etnia, condição física, intelectual, psíquica, sensorial, cultural e social.

*Também é importante ressaltar que a Secretaria de Educação participa por representatividade ou coordenação geral de várias ações entre as secretarias e ações intermunicipais. São elas: o Consórcio Intermunicipal, o **Conselho Municipal de Educação**, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, entre outros.*



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, através do ambiente Meet, link: <http://meet.google.com/qas-uhfi-rbj>, reuniram-se os conselheiros e conselheiras de educação de Mauá, com a pauta em anexo. Estavam presentes na reunião: Maurício Leme da Silva, Maria Cristina Morgado Loureiro, Sandra Regina Chinchio Nascimento, Claudinei Bonaldo, Rosana Maciel Bilar, Filomena Franco de Oliveira, Raquel Pereira de Carvalho, Lucas Miranda, Nicolle Fleury Galetti Galvão Rodrigues, Alexandra Pechtoll Ferreira. Justificaram ausência: Genirce e Luiz Antônio. Neste dia estavam presentes o Pro^o Antônio Coelho, que organiza o Programa Cidades Educadoras no município, para auxiliar nas reflexões do dia e o Sr. Marcos Ahlers, professor da Rede de São Paulo que se mostrou interessado em participar como munícipe de Mauá. A conselheira Filomena faz uma questão de ordem do dia, solicitando que toda reunião que não foi gravada deveria iniciar com a leitura da ata da reunião anterior. O Presidente do Conselho Prof^o Maurício, inicia os trabalhos do dia explanando sobre como chegamos a este horário de reunião e neste dia a este recorte sobre Cidades Educadoras. Após a leitura da Ata da reunião anterior, passamos à leitura do documento de reflexão. Com a palavra o Prof^o Antônio inicia dizendo que ser cidade educadora é uma questão de política pública da cidade que se trata de um programa orientador das ações da cidade como todo, que deve abranger todos os equipamentos e setores da cidade. É um programa intersetorial e o desenvolvimento se dá em diversos aspectos. Além dos quatro pilares do PEA Unesco: Aprender a Conhecer, Aprender a Ser, Aprender a Conviver, Aprender a Fazer, Programa Cidades Educadoras insere o quinto pilar: Aprender Político. O conselheiro Lucas diz que tem ouvido sobre as Cidades Educadoras e que com a apresentação de hoje entendeu um pouco mais sobre o assunto, e pergunta o que muda, o que a cidade ganha com o Programa. Prof^o Antônio diz que não há ganhos financeiros e que o lugar de diálogo com os outros setores e a busca de condições de desenvolver estas ações de maneira concreta são os ganhos mais expressivos. Lucas concorda e acha importante o diálogo, e questiona em quais ações o município tem investido. Antônio esclarece que na campanha de vacinação, nos protocolos da pandemia e pós-pandemia, em conjunto com a saúde, o meio ambiente e o planejamento e que é importante o Conselho Municipal de Educação dar sua contribuição pois é um programa do que a cidade deve ser. O Prof^o Marcos comenta que O PCE deve ser um programa de cidadania e não de gestão e que deve se perpetuar na cidade com espaços públicos e educadores, culturais e patrimoniais e que acha estranho a comunicação social não falar nada sobre o PCE. Quais ações podem ser verificadas? Sandra Chinchio comenta sobre a educação ambiental (Horta, Jardim de Borboletas, coleta de óleo) e Patrimonial como exemplos de ações intersetoriais. Maurício também exemplifica outra ação com a cultura no Centenário Paulo Freire, e outras ações com a segurança alimentar, secretaria da mulher, assistência social. Mas ainda temos muito a avançar. Raquel cita momentos com FME na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, Apeoesp, Lazer. Cristina comenta



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

que as mudanças somente ocorrem com mudanças de atitudes e que estas somente são qualificadas e legitimadas na criação de cultura de participação. Outro exemplo verificado foi a parceria com as Igrejas Católicas e Evangélicas para organizar e fortalecer a EJA – prioridade desta gestão – Deixou de ser programa e voltou a ser modalidade. Previsto no Plano Municipal de Educação. Cristina complementa explicando o projeto que a SE em conjunto com o Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Trabalho e Renda que prevê a construção de uma escola com EJA articulada à educação profissional. A conselheira Alexandra pede um momento para fazer uma reflexão quanto à merenda que foi mudada, e que a avaliação é que, principalmente o lanche está precário. Que os alunos não se alimentam. Claudinei também diz que os vereadores estão questionando. Raquel também complementa dizendo que os alunos não podem levar lanche mas não comem o que é oferecido, que estes problemas devem ser levados em consideração. Maurício explica que há uma resolução sobre a quantidade de açúcar que pode ser ofertada no lanche, e que algumas ações estão sendo repensadas para melhorar a aceitação da merenda, mas que esta questão já está sendo resolvida. Nicolle comenta sobre a Educação Especial e como o trabalho da Educação Inclusiva está sendo pensado nas escolas, sugere que a SE ouça os pais para ter noção de como está o atendimento dos alunos. Antônio agradece o momento e o convite para participar deste momento e propõe uma temática para o CME: O resgate do PME e o atendimento aos indígenas urbanos. Raquel complementa sugerindo convidar o Tiago Karaí para uma das reuniões. Maurício dá por encerrada a reunião e agradece a participação de todos e todas. Nada mais havendo a ser tratado no momento eu, Maria Cristina Morgado Loureiro, assino esta ata que foi lavrada por mim e assinada pelos presentes, de acordo com a lista no chat e recorte da tela.